

PEGADA HÍDRICA

Exportação de água

Brasil envia ao exterior 112 trilhões de litros por ano embutida nas *commodities*; debate busca incorporar custo ambiental



FOTOS: FOTOS PÚBLICAS/MAYKE TOSCANO

Brasil está entre os maiores “exportadores” de água embutida em *commodities*

Por Gabriela Allegrini

O Brasil é um grande exportador mundial de *commodities*. Porém, juntamente com as toneladas de carne, café, soja e outros produtos manufaturados que saem diariamente dos nossos portos, existe um insumo agregado que não é contabilizado e, mais do que pesar no equilíbrio da balança comercial do País, representa sua sustentabilidade ambiental.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em relatório de 2011, o Brasil envia anualmente ao exterior cerca de 112 trilhões de litros de água doce; tal volume seria a quantidade total demandada de recursos hídricos necessários para produzir essas *commodities*. Como uma pessoa consome em média 200 litros de água por dia para atender às suas necessidades básicas, o volume de água virtual que o País exporta seria suficiente para abastecer 1,5 bilhão de pessoas.

A grande quantidade de água que sai do País embutida nos seus produtos coloca o Brasil como o quarto maior exportador de “água virtual” do

planeta, atrás apenas de Estados Unidos (314 trilhões litros/ano), China (143 trilhões litros/ano) e Índia (125 trilhões litros/ano). Esse conceito foi introduzido pelo britânico John Allan em 1993 para designar a quantidade de água utilizada no processo de produção de tudo aquilo que consumimos e auxiliar os países a estabelecer metas para o bom uso dos seus recursos hídricos.

Os maiores importadores de água virtual do mundo são, pela ordem de grandeza, EUA, Japão, Alemanha, China e Itália. O comércio internacional de água virtual segue uma lógica de mercado, seja por economia ou por escassez, uma nação opta por comprar produtos que demandam maior quantidade de água no processo produtivo de outros países que detenham esse recurso em grande quantidade.

A Malásia, por exemplo, não cultiva algodão, mas o importa cru da China, Índia e Paquistão para processamento em sua indústria têxtil e exporta roupas de algodão para o mercado europeu. O Japão, que já chegou a produzir 1,1 milhão de

toneladas de alumínio por ano, baixou a produção para apenas 31 mil toneladas/ano, passando a importar o restante.

Já o governo espanhol tem como estratégia ser um grande importador de soja e trigo por serem produtos com alto índice de consumo de água, ao passo que incentiva a indústria do vinho que possui maior valor agregado. Para economizar água, alguns países chegam mesmo a restringir a exportação de alimentos. Como o governo de Israel, por exemplo, que desencoraja a exportação de laranjas – tradicionalmente cultivadas com um grande sistema de irrigação –, para evitar demandas conflitantes no uso interno dos seus recursos hídricos.

Há países que adotam medidas mais polêmicas para lidar com a penúria de seus recursos naturais. Segundo a ONG International Land Coalition, 80 milhões de hectares estão expostos à compra de terras por estrangeiros sendo a metade desse total na África. Um dos problemas deste tipo de comércio apontado no relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e a

Agricultura (FAO) é que o inquilino possui o direito total de exploração da terra, sem precisar levar em consideração possíveis impactos ambientais. A prática foi advertida pela entidade como um novo colonialismo.

A fim de assegurar o crescimento econômico e a segurança alimentar de sua superpopulação, as companhias chinesas têm aparecido como as maiores interessadas na aquisição de terras estrangeiras. A maior estatal do setor, a China National Agricultural Development Group Corporation, já opera em quarenta países. No Brasil, dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de 2010, registram 34,3 mil propriedades rurais sob domínio direto do capital externo, cuja extensão chegava a 4,5 milhões de hectares. No entanto, o próprio órgão admite que existem fragilidades no controle dessa informação, uma vez que muitas empresas estrangeiras utilizam empresas nacionais para adquirir imóveis rurais.

De olho nessa possibilidade e a fim de preservar e defender a soberania nacional, o Uruguai aprovou neste ano lei que proíbe a posse de terras para exploração agropecuária a qualquer empresa que tenha participação direta ou indireta de algum estado estrangeiro. A norma foi aprovada por unanimidade nas duas câmaras do Parlamento uruguaio e foi sancionada pelo presidente José Mujica.

EXPANSÃO BRASILEIRA

Por ser um país abundante de recursos naturais, embora com distribuição regional desigual, o Brasil não consta da lista de grandes importadores de água virtual. Pelo contrário, dono de 12% da água doce do planeta e dispondo de 40% de terras aráveis, a despeito de ocupar atualmente a quinta posição no *ranking*, o próprio inventor do conceito de água virtual afirmou que o Brasil é, em potencial, o maior "exportador" de água virtual do mundo.

E num cenário global de crescente escassez dos recursos hídricos, a posição do Brasil como um grande exportador de alimentos tende a crescer ainda mais. Segundo a ONU, 20% da população mundial em trinta países já sofrem com a falta de água e estima-se que, em 2050, cinquenta países e 30% da população mundial serão afetados.

A pressão do mercado externo deverá forçar o País a pensar em políticas públicas voltadas à defesa dos seus recursos naturais, diz o doutor em demografia Roberto Luiz do Carmo. "O processo de crise da água chama a atenção para a necessidade de conservação do recurso num horizonte de longo prazo", defende do Carmo, que coordenou um estudo intitulado "Água Virtual: o Brasil como grande exportador de recursos hídricos".

"Nós ainda estamos pautados pela perspectiva de crescimento da década de 1970 que enfatiza muito o retorno imediato do investimento, ou seja, retirar a floresta e plantar soja sem levar em consideração que essa visão compromete, no longo prazo, a manutenção da própria atividade e a gestão dos recursos hídricos", afirma.

A observação do pesquisador tem respaldo numérico. O Brasil já é hoje o maior produtor de soja no mundo e o cultivo desse grão só tende a crescer anualmente. Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em novembro deste ano, em seu primeiro prognóstico de área e produção para a safra de 2015, os produtores aumentaram em 9% a estimativa da safra da soja – chegando ao total de 7,7 milhões de toneladas a mais que a safra de 2014. Já os dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) mostram que no ano passado, o complexo soja – grãos, farelo e óleo – assumiu a liderança das exportações de *commodities*, atingindo US\$ 20 bilhões apenas no primeiro semestre do ano, superando em 17% as de igual período do ano passado.

A alta demanda pela oleaginosa e lucratividade num curto espaço de tempo tem pressionado a migração da atividade, que se concentrava na região Centro-Oeste, para o Norte do Brasil. "A gente pensava que o fato da alta pluviosidade na região Norte poderia significar um fator limitante, mas estamos vendo que está havendo uma adaptação muito grande da soja na própria Amazônia, isso significa um risco, porque a expansão da soja tem a característica de mobilizar grandes recursos de capital e exige um investimento curto de quem faz. Apenas cortar floresta e plantar soja para retorno já no próximo ano, isso entra em choque com a perspectiva de gestão dos recursos hídricos a médio e longo prazo", observa do Carmo.

Mas não é apenas a cultura da soja que se encontra em expansão para atender ao mercado externo. O País retomou em 2012 o posto de maior exportador mundial de carne. Uma reportagem da BBC Brasil mostra que os maiores competidores da carne brasileira no exterior, a Austrália e os Estados Unidos, já mostram uma tendência de estabilização nos últimos anos, por conta de limitações para a produção interna. Ao contrário das exportações brasileiras, que vêm crescendo anualmente.

A reportagem diz que tanto a Austrália quanto os Estados Unidos sofreram nos últimos anos com secas prolongadas em áreas de criação de gado e outros problemas que limitaram o crescimento da produção, como a alta dos preços da ração animal e a restrição do espaço para pasto.

"Ao contrário dos nossos principais concorrentes, que não têm mais para onde crescer, o Brasil tem espaço, tem água, tem capacidade de ampliação da indústria sobrando", disse à publicação o diretor-executivo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), Fernando Sampaio.

A pesquisadora do Instituto de Economia Agrícola (IEA), Ana Amaral, acredita que é possível

sim o Brasil continuar a crescer sua produção sem comprometer as florestas e recursos hídricos. "Para isso é necessário que se invista em conservação de solo e de água, pois é na área rural que os recursos hídricos são 'produzidos'", afirma. "O Brasil tem uma legislação ambiental que, se cumprida, pode garantir a segurança hídrica", diz ela.

Para do Carmo ainda é preciso avançar o diálogo entre os setores ambientais e os atores responsáveis pelo agronegócio, cuja atuação facilitou a alteração no atual Código Florestal, que segundo ele, impacta diretamente na preservação dos nossos recursos hídricos. "A atual legislação diminui a faixa destinada à proteção permanente, isso diminui também a proteção para os cursos d'água".

Em sua opinião, é necessário estruturar melhor o nosso sistema de outorga e aplicar as leis que já existem. "O setor agrícola que responde no conjunto do País por 80% do consumo de água não paga nada por isso", diz. O professor observa que os maiores usuários de água são os setores industrial e agropecuário, correspondendo a dois terços do consumo. Mas que num ambiente de crise, devido à sua importância econômica, são colocados de lado na discussão. "O governo de São Paulo, cujo estado já sofre as medidas do racionamento, centrou as discussões nas empresas de abastecimento urbano, se a falta de chuvas continuar vai ser necessário considerar o usuário privilegiado, urbano, industrial ou agrícola. Essa falta de ação do governo paulista é estratégica porque ignora o lado econômico da discussão".

O pesquisador afirma que o Brasil precisa gerenciar melhor seus recursos hídricos para evitar um cenário de crise generalizada no futuro. "Temos toda uma legislação que protege as nascentes e cursos d'água, ela teria que ser mais aplicada, todo sistema de outorga de água no Brasil precisaria estar mais estruturado. Os mexicanos têm um sistema de outorga que foi criado assim que começou o processo de ocupação no País. A outorga é importante porque estabelece qual usuário vai poder usar e o quanto vai captar da água seja do rio, seja subterrâneo".

Criado desde 1997, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos institui diversos instrumentos para fazer

funcionar essa política e um deles é a outorga dada por órgãos gestores estaduais ou pela Agência Nacional de Águas (ANA), quando o recurso é de domínio da União. Especialista em recursos hídricos da ANA, Marco Neves admite que o sistema ainda encontra-se em fase de implantação e que em alguns lugares funciona melhor do que outros.

Ele diz que a cobrança pelo uso da água, por exemplo, é uma decisão dos comitês de bacias e que em apenas algumas bacias brasileiras

"Nós ainda estamos pautados pela perspectiva de crescimento da década de 1970 que enfatiza muito o retorno imediato do investimento, ou seja, retirar a floresta e plantar soja"

existe esse custo, cujo valor ainda é muito baixo. “Quando o valor é baixo, existe a tendência pelo uso não racional da água. Eu acho que deveria ser um valor internalizado nos produtos agropecuários; nas bacias que o agricultor paga pelo uso da água isso já é internalizado, apesar do valor ser ainda pequeno.”

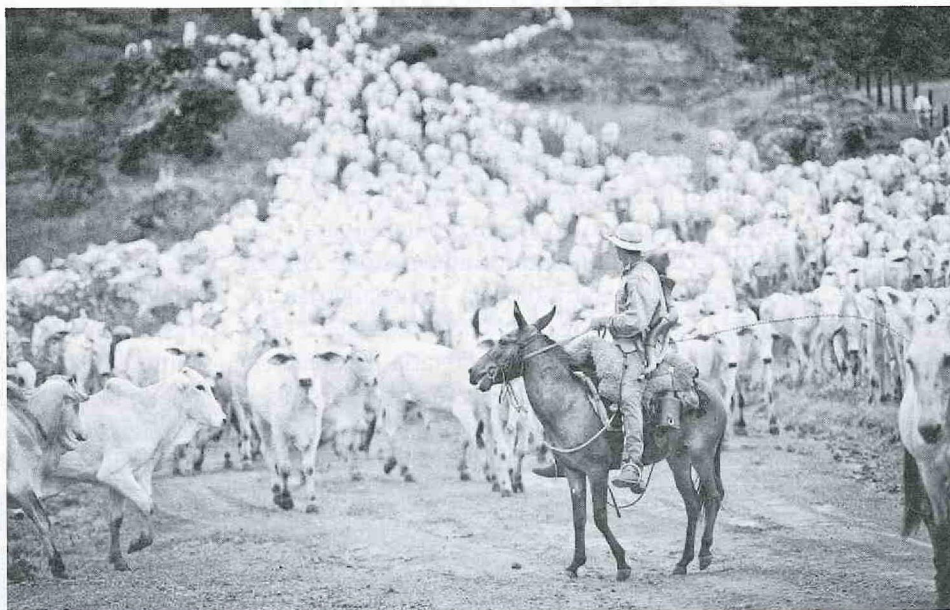
O VALOR DA ÁGUA

Acrescentar no valor das *commodities* o custo ambiental gerado no processo de produção é uma discussão que vem ganhando corpo entre ambientalistas e estudiosos no assunto. Eles alegam que a comercialização indireta de recursos hídricos dá aos países importadores de água virtual a vantagem de poupar seus recursos naturais em detrimento de alheios.

“As Nações Unidas estão recomendando aos países que eles implantem, em parceria com seus institutos de estatística, um sistema de contas econômicas ambientais que explicita o valor dos recursos ambientais para a formação da economia nacional. Isso está começando a ser feito no Brasil. No caso da água, foi criado um comitê de contas econômicas ambientais da água”, aponta Neves. “Isso é importante porque vai começar a trazer para a macroeconomia o valor que os recursos ambientais agregam à produção econômica”.

Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Julio Palhares diz ser difícil estipular um valor ambiental para a produção dos bens primários. “Se perguntarem hoje qual o custo ambiental da produção do grão de soja ou do quilo de carne, nós não sabemos”, diz. “Os produtores vão fazer o discurso do setor, falar que é muito alto, mas ninguém sabe o valor disso, existe toda uma linha de pensamento ecológica e ambiental, mas ainda tem que caminhar bastante neste sentido. Atualmente nenhum país calcula este custo.”

Em sua opinião, a responsabilidade ambiental é de toda a cadeia de produção, inclusive do consumidor final. “Sugerir hoje pegar todos os valores ambientais e jogar nas costas do produtor e dizer, faça, é fácil, mas quem está disposto a pagar este preço?”, indaga. “A questão ambiental ainda não é o grande fator da tomada de decisões e sim o econômico, não só no Brasil, mas no mundo todo. Alimento é uma forma de especulação no mercado, soja e milho são negociados em



Pegada hídrica: ONU recomenda calcular o valor dos recursos ambientais

bolsas internacionais, o agente que derruba o mercado não está preocupado com a fome no planeta”, avalia.

PEGADA SUSTENTÁVEL

Palhares acredita, contudo, que a noção de finitude dos recursos naturais está sendo cada vez mais pautada pela sociedade que já sente sinais da crise. À frente do estudo “Pegada Hídrica da Produção Animal”, que busca avaliar a nossa demanda de água na produção do setor, ele diz que o conceito de pegada hídrica ajudou a disseminar o entendimento da importância da sustentabilidade dos recursos hídricos e do risco de escassez global.

Cunhado pela primeira vez pelo estudioso Arjen Y. Hoekstra em 2002, pegada hídrica é o termo utilizado para designar o volume de água utilizado para produzir um produto ao longo de toda a cadeia produtiva. Existem cálculos da média produtiva de cada produto, mas cada país tem que ter a sua própria pegada, pois esta varia de acordo com as condições locais. Antes desse conceito, era contabilizado apenas o volume de água captada.

A pegada trabalha com três conceitos, anteriores a ela, e que foram reunidos no Manual de Avaliação da Pegada Hídrica, divulgado pela ONG Water Footprint Network: a pegada hídrica azul diz respeito ao consumo de água azul (superficial e subterrânea) ao longo de sua cadeia produtiva. A pegada hídrica verde refere-se à água das chuvas, desde que não escoe. E a pegada cinza referente à poluição e é definida como o volume de água doce necessário para assimilar a carga de poluentes, a partir de concentrações naturais e de padrões de qualidade da água existentes.

Como o Brasil é o maior exportador mundial

de carne bovina e de aves, era importante para a elaboração de políticas públicas voltadas à gestão hídrica, que o País produzisse seus próprios dados. “Não dá para levar em conta a média mundial. No caso brasileiro, os bovinos estão a pasto, já os americanos estão confinados e têm uma participação maior de milho e soja na dieta, então a pegada lá vai ser outra”, afirma Palhares.

O estudo “Living Planet Report 2014” feito em parceria com institutos de pesquisa e ONGs ambientais mostra que os países com maior pegada hídrica de produção – China, Índia e Estados Unidos – já sofrem os efeitos da redução dos seus recursos naturais. “Enquanto isso, a crescente demanda de água e escassez na China e Índia – países que são em grande parte autossuficientes na maioria dos alimentos – pode levar a um aumento da dependência das importações, colocando mais pressão sobre o comércio global de alimentos. Considerando-se que esses dois países compõem mais do que um terço da população global, estas tendências podem ter consequências significativas sobre os preços dos alimentos a nível mundial”.

A grande demanda por alimento do seu principal parceiro comercial já faz o Brasil exportar cerca de 70% da soja nacional para a China. Como o País poderia aproveitar melhor a dependência hídrica e territorial do gigante asiático em seu benefício, uma vez que os nossos recursos naturais ajudam a assegurar o crescimento da economia chinesa de 7,5% ao ano?

Para Ana Amaral, do IEA, promover uma negociação bilateral a fim de preservar a sustentabilidade brasileira, dentro de uma economia global, é algo ainda distante nas transações comerciais na atualidade. “O imposto sobre a soja teria que ser uma iniciativa do governo brasileiro e ser usado para trazer benefícios ambientais?”, indaga. “Como a nossa soja é uma *commodity*, seu preço é determinado pelo comércio mundial, oferta e demanda. É o que temos de mais próximo de concorrência perfeita, que a economia tanta ensina. Se tem uma safra recorde, cai o preço do produto”.

Dentre as políticas de relação e cooperação internacional sugeridas por Hoekstra no Manual de Avaliação da Pegada Hídrica para promover a racionalização do uso da água no comércio entre os governos estão: um acordo internacional referente “à redução da pegada hídrica mundial como, por exemplo, um ‘protocolo de licença de pegada hídrica’ internacional, que estabeleça as pegadas hídricas máximas para cada país” e a promoção de um “protocolo internacional de cobrança pelo uso da água”. Se o planeta não se tornar um lugar mais sustentável para viver nos próximos anos, não foi por falta de propostas. **C**

Gabriela Allegrini é jornalista.

“As Nações Unidas estão recomendando aos países que eles implantem, em parceria com seus institutos de estatística, um sistema de contas econômicas ambientais que explicita o valor dos recursos ambientais para a formação da economia nacional”